



Funcionalismo luta pela aplicação do gatilho

Mais de 1 milhão de servidores públicos, em todo o Brasil, estão em greve por melhorias salariais e especialmente pela aplicação do gati-

lho tendo em vista a disparada inflacionária. Os governadores, em geral, escudados em recomendação do Ministro da Fazenda, não concederam

este direito aos funcionários. As mobilizações ganham as ruas e enfrentam a repressão policial. É uma luta pelo direito de sobrevivência. P 6

EDITORIAL

Sinal de alerta

Por ocasião do Dia do Trabalhador, o presidente Sarney foi à televisão pregar mais uma vez um "entendimento nacional" para solucionar os problemas do país. Menos de uma semana depois, os trabalhadores tomam conhecimento que um botijão de gás de cozinha passou para 90 cruzados e o litro do óleo diesel, que influencia o preço dos transportes no geral, foi para Cz\$ 7,20 - 32% mais caro. Os alimentos, no espaço de menos de um mês, tiveram reajustes em torno de 100%. Em contrapartida, o ministro Bresser Pereira instrui os governadores a não disparar o gatilho para os funcionários estaduais - e fala-se mesmo na eliminação do gatilho para todas as categorias num novo choque.

Mas alguém tem notícia de alguma medida, por mais delicada que seja, adotada para limitar os fabulosos lucros dos bancos e dos grandes grupos econômicos? Algum especulador foi punido ou ao menos admoestado? Na época do Cruzado, o governo dizia que os brasileiros não seriam mais aterrorizados pelas máquinas de remarcar preços nos supermercados. Agora estas maquininhas infernais trabalham como nunca. E os abusos são tão acintosos que de um estabelecimento para outro constata-se uma variação de preços do mesmo produto de mais de 100%!

Com a inflação já desentreada, o governo bota fogo na fogueira determinando uma desvalorização de 8,48% do cruzado, para atender à necessidade de obter um superávit comercial elevado, por exigência dos credores internacionais.

E como não podia deixar de acontecer, ressuscita-se a desmoralizada teoria de que os reajustes salariais com a escala móvel, toda vez que o nível da inflação atinge 20%, são alimentadores da inflação. Em outras palavras, pretende-se, como sempre, que o trabalhador pague o pato.

Diante disto tudo, como fica a proposta de entendimento nacional? Com estes apelos inconsistentes o governo só obtém desmoralização. A inflação desorganiza a economia do país mas, é preciso que se diga isto com todas as letras, representa sobretudo uma brutal transferência de recursos dos trabalhadores para a burguesia. É um fator poderoso no acirramento da luta de classes no país. E o governo revela-se nestes momentos como representante indisfarçável da grande burguesia. Protege o rico e penaliza o trabalhador. Fala em acordo unicamente com o propósito de ludibriar camadas dos oprimidos menos conscientes.

O combate à inflação exige transformações profundas na estrutura do país. A suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros; uma auditoria severa sobre este processo de endividamento; a reforma agrária; a nacionalização de empresas estrangeiras que sabotam a produção para fazer pressão em favor dos banqueiros nacionais; medidas enérgicas em relação aos bancos são algumas providências que este governo que aí está, tutelado pelos generais, impotente diante dos credores internacionais, submetido aos latifundiários e especuladores, não tem as menores condições de realizar.

O povo brasileiro atravessa uma situação extremamente difícil. Seu poder aquisitivo é desgastado diariamente. Suas greves são reprimidas e até acusadas de impatrióticas. O fantasma do desemprego volta a rondar os lares de milhares de trabalhadores. Tudo isto reforça a idéia de que é urgente unir o máximo de forças populares e progressistas visando acumular energia na luta por um novo regime, mais avançado, verdadeiramente democrático. A união do povo é a esperança concreta para o progresso de nossa pátria.

Exclusivo

Uma indústria na mira das multinacionais

A Tribuna conta como o Brasil tornou-se autossuficiente em produtos para laboratório, um importante ramo da indústria farmacêutica. E revela os planos para destruir a produção nacional. Pág. 3.



AIDS: fonte fabulosa de lucros

A AIDS resulta numa verdadeira orgia de lucros para a indústria farmacêutica. As ações das empresas que lançam remédios (mesmo ineficientes) no mercado estão em alta. Pág. 5

A força da Chapa 2 nas fábricas

Na eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, marcada para junho, a Chapa 2 nasce e ganha impulso dentro das empresas. Pág. 8

Quem é a jovem brasileira que Israel mantém como refém?

Familiares e amigos falam da vida de Lamiya Hassan. Exclusivo: uma carta sua, escrita no cárcere. Pág. 2

Ajustes para agradar os banqueiros

As medidas adotadas pelo governo na área econômica - com destaque para a desvalorização do cruzado - prometem agravar ainda mais a crise, ao invés de solucioná-la. Veja na página 4.

CDM
Centro de Defesa da Democracia e Monitoria
Fundação Maurício Grabois

CASO LAMIA

Ainda há esperança de liberdade



Quem contará?

"Se a imprensa não nos contar, quem contará?" É o que pergunta uma campanha lançada nos EUA para recuperar a credibilidade dos jornais locais. Os donos dos meios de comunicação vão gastar 18 milhões de dólares na produção da campanha - os anúncios serão divulgados gratuitamente nas emissoras de rádio e TV.

Descrédito geral

A imprensa iaque é por demais desacreditada, por estar profundamente ligada aos interesses dos grupos monopolistas. Recentemente um funcionário da Casa Branca confessou que o governo Reagan havia forjado, pela imprensa, uma campanha para ceitar a imagem do dirigente líbio Kadafi. Por outro lado, as lutas do povo estadunidense por melhores condições de vida não encontram espaço nas páginas do "Washington Post" ou "New York Times". Segundo o Instituto Gallup, um em cada três norte-americanos duvida das informações da imprensa.

Exodo latino

Pelo menos 5 milhões de imigrantes terão que deixar os EUA devido a uma nova lei imposta ao país por Reagan. Os principais atingidos são mexicanos e centro-americanos que vão à América do Norte em busca de uma vida melhor. A lei de Reagan tem um forte caráter racista, fazendo aumentar a discriminação de que são alvo negros e mestiços, sempre identificados como "intrusos" nos EUA.

Santa inocência!

"O governo sabia o que eu fazia e aprovou tudo", afirmou o general Richard Secord no primeiro depoimento da comissão do Congresso dos EUA que investiga o escândalo Irã-contras. As investigações durarão quatro meses, e os depoimentos são transmitidos pela TV. Vai ser difícil Reagan continuar interpretando o papel do "presidente que nada sabia"...

Da Gestapo à CIA

Klaus Barbie, ex-chefe da Gestapo - a polícia secreta de Adolf Hitler - trabalhou para a CIA, após a II Guerra. Barbie, conhecido como "o acougueiro de Lyon", começará a ser julgado por um tribunal francês nesta semana. Antes de ser capturado, ele viveu na Bolívia, onde deu instruções de tortura aos militares locais e organizou grupos terroristas para eliminar grupos democratas e comunistas.

Tortura e assassinato

O Exército de Honduras, treinado pela CIA, torturou e matou 200 prisioneiros entre 1980-84, segundo informou um ex-sargento do serviço secreto daquele país. Os prisioneiros, no geral, são acusados de simpatizarem com o governo sandinista, da Nicarágua. O Exército hondurenho é um dos principais pontos de apoio para as ações terroristas dos "contras" em território nicaraguense.

Vítima do terror

A Força Democrática Nicaraguense, um grupo de mercenários sustentado pelo governo de Ronald Reagan, admitiu, dia 30, que matou o engenheiro norte-americano Benjamin Linder, numa ação terrorista na Nicarágua. O engenheiro estava há três anos na terra de Sandino, onde fazia projetos para usinas hidrelétricas. Os "contras" têm como um de seus objetivos de terror assassinar quadros técnicos para dificultar o desenvolvimento econômico e social nicaraguense.

Corajoso demais

"O governo tem de tomar decisões, mesmo sabendo que elas podem custar votos". A declaração é do primeiro-ministro da Espanha, Felipe González. Ele anunciou que vai manter a política de arrocho salarial, não permitindo aumentos superiores a 8% ao mês - bem abaixo da inflação. Como se vê, tanta "coragem" de González, membro do dito "Partido Socialista Operário da Espanha", se dirige contra os trabalhadores. Quanto aos burgueses, podem aumentar preços à vontade...

Voto branco

Mais de 500 mil trabalhadores participaram da greve geral, dias 5 e 6 últimos, em protesto contra as eleições parlamentares racistas (só branco vota, numa população esmagadoramente negra). A polícia valeu-se de bombas de gás e tiros para manter os privilégios dos brancos. Apenas na terça-feira, sete negros foram abatidos.

1º de Maio militar

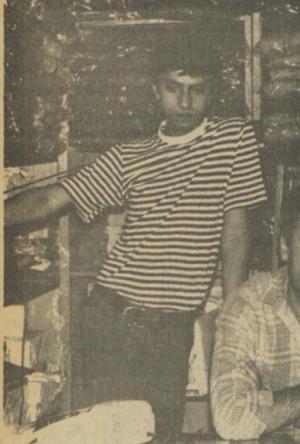
Julgamentos sumários e condenações a pagamentos de multas. Foi a ação do governo polonês - que se diz operário - no dia 1º de Maio. Centenas de trabalhadores que exigiam liberdades democráticas (o país é governado por um governo militar, comandado pelo general Jaruzelski) foram presos e pelo menos 30 tiveram que pagar multas de dois salários mínimos para saírem das prisões. Os atos ocorreram em Varsóvia, Wrocław e Czestochowa, entre outras cidades.

A solidariedade do povo brasileiro poderá ser fundamental para que Lamia Maruf Hassan - condenada à prisão perpétua em Israel no dia 28 de abril - consiga sua liberdade. Dependendo dos esforços do governo brasileiro, ela poderá obter um indulto. Apesar das evidências de sua inocência, seus algozes a condenaram, separando-a de sua filha de dois anos. Com moral elevada, ela escreve da prisão: "Sou uma vítima da ganância, do mundo dos grandes que devoram os menores".

Antes do juiz ler a sentença Lamia se levantou perante o Tribunal Militar israelense, em Nablus, na Cisjordânia, e disse apenas estas palavras: "Eu não sou culpada". Acusada de ter participado do seqüestro e morte de um soldado em fins de 1984, em todas as audiências ela negou esta acusação. "Em nenhum lugar do mundo ela seria condenada por assassinato", afirmou a advogada judia Felicia Langer, logo após ouvir a sentença do juiz. E acrescentou: "Foi um terrível erro jurídico".

Ameaças e pressões durante o processo

Pela maneira como correu o processo já se percebe que Lamia tinha poucas chances. Nahim Hassan acompanhou duas audiências do julgamento de sua irmã e contou à Tribuna Operária o que viu: "A primeira audiência que assisti foi no dia 28 de dezembro. Estava eu, o advogado Airtton Soares, o primeiro secretário da embaixada brasileira e a vice-cônsul. Na sala tinha mais ou menos 40 soldados muito bem armados. O juiz sempre se intrometia. Por exemplo, quando a advogada estava fazendo a defesa, ao invés dele deixar para o promotor fazer a acusação, ele se metia na conversa fazendo pressão. Nessa primeira vez faltou um dos juizes e aí cataram um soldado que estava na sala e o colocaram no lugar do juiz. Na segunda audiência os fami-



Lamia (foto menor) e os irmãos Karim, Taissir e Nahim

Sionismo criou um Estado terrorista

O Estado de Israel foi criado em 29 de novembro de 1947, por uma resolução da assembléia geral da ONU. A resolução dizia que a Palestina seria dividida, cabendo 58% ao Estado de Israel e o restante aos palestinos. Detalhe: os palestinos não foram consultados pela ONU. Além de ter tomado a terra dos palestinos, o Estado de Israel não se limitou ao território inicial. Foi se expandindo e hoje ocupa cerca de 80% da área, e até agora suas fronteiras não foram demilitadas. Já o Estado palestino, também previsto na resolução da ONU, nunca foi estabelecido. A criação do Estado de Israel veio em um momento onde o mundo condenava o massacre de judeus pelos nazistas. Ganhou força, aproveitando de maneira oportunista, as teses sionistas que pregam que os judeus são superiores e necessitavam de um lar próprio, uma vez que "os países onde vivem os judeus são

liares do soldado morto foram lá aprontar bagunça. Um deles acertou uma pedrada na cabeça do Mustafá, meu parente, dentro do tribunal. Nenhum dos guardas esboçou a mínima reação. Na terceira audiência eu fui avisado para não ir. Ainda bem que não fui, porque os familiares tinham ido armados de estilete, uma chave de fenda bem pontaguda".

Lamia é uma jovem alegre e atenciosa, adorada por aqueles que a conheciam. Mas o terror sionista destruiu seu lar, separando-a de seu marido e de sua filhinha de poucos meses de idade. O seu crime foi ter sangue palestino e estar junto do seu povo na busca de uma pátria. Benildes Cardoso Wong Ma Shia, professora de português no Liceu Acadêmico São Paulo, no bairro do Brás, conviveu com Lamia durante quatro anos. Ela fala daquela amiga e excelente aluna que se destacava das demais: "Eu não acredito que a Lamia participou daquela morte. Ela não era uma pessoa violenta, não era agressiva, apesar de ter seus ideais. Muitas vezes ela chorava quando falava da situação em que se encontravam os palestinos. Acho que a sua condenação foi para servir de exemplo. Eu tenho esperança de encontrá-la aqui novamente dentro de pouco tempo".

Lamia amava a vida e a justiça

Aos 15 anos de idade Lamia chegou em São Paulo, junto com seus pais e sete irmãos, vindos de Manaus, onde nasceu em 1965. Estudava e ajudava a família na confecções e loja Converse, no Brás. Seu irmão Nahim diz que eles sempre saíam juntos. "Ela gostava de cinema, de festa, gostava de sair com os amigos, de beber um chopp, era comunicativa com os amigos. Ela adorava ler e agora, na prisão, está sendo proibida de fazer suas leituras". Em 1981 ela foi à Palestina conhecer as terras dos avós e dos pais, permanecendo lá seis



meses. Seu irmão Taissir conta que "ela ficou chocada com o que viu na terra ocupada, as pressões que o povo suportava do militarismo".

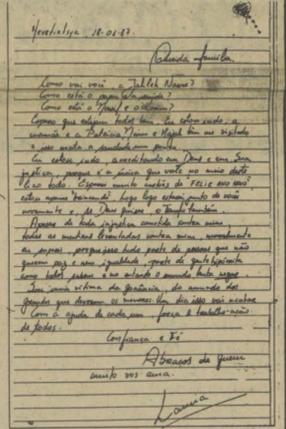
Logo que terminou o colegial Lamia voltou à Palestina, em 1983, para se casar com Tawfic Abdalla, que havia conhecido dois anos antes. Moravam na aldeia de Deir Ballut, perto de Nablus, onde tinham uma quitanda. Em 1985 ela veio grávida ao Brasil, onde nasceu sua filha Lubna. Em setembro daquele ano voltou ao encontro do marido em Deir Ballut. No dia 9 de março os militares israelenses prenderam Tawfic e seu amigo Mustafá, ambos condenados à prisão perpétua. No dia 13 foram buscar Lamia.

Tropa destruiu sua casa com dinamite

"Nos primeiros dias de prisão - explica Taissir - ela ficou completamente isolada numa cela escura e úmida, sem poder dormir, com água pingando na cabeça. A tortura com os outros prisioneiros foi pior. Houve várias tentativas de acabar com ela. As prisioneiras comuns judias tentaram sufocá-la e jogavam água quente nela. Certa vez soltaram gás no quarto da minha irmã e ela teve de ficar internada dois

'Com a força de todos isso acaba'

"Nevetirtsya, 18-01-87
Querida família:
Como vai você, a Jalileh, Nasser?
Como está o papai e a saúde?
Como está o Nassif e o Karim?
Espero que estejam todos bem. Eu estou indo, a mamãe e a Patricia, Nahim e Najah têm me visitado e isso mata a saudade um pouco.
Eu estou indo, acreditando em Deus e em sua justiça, porque é a única que vale no meio deste lixo todo. Esperei muitos cartões de 'Feliz Ano Novo', estou apenas 'brincando'. Logo, logo estarei junto de vocês novamente e, se Deus quiser, o Tawfic também.
Apesar de toda injustiça cometida contra mim, todas as mentiras levantadas contra mim, moralmente eu superi, porque isto tudo parte de pessoas que não querem paz e nem igualdade, parte de gente hipócrita como todos sabem e no entanto o mundo tenta negar.
Sou uma vítima da ganância, do mundo dos grandes que devoram os menores. Um dia isso vai acabar. Com a ajuda de cada um, força e trabalho-ação de todos.



Carta escrita por Lamia da prisão de Nevetirtsya, em Israel, janeiro de 1987

dias no hospital"

Algum tempo após a prisão de Lamia, a casa onde ela morava foi dinamitada, pois este é um costume bárbaro das tropas sionistas. Quando a pessoa vai presa, logo após os soldados chegarem, dão duas horas para as pessoas saírem e tirarem o que for possível. Em seguida dinamitam a casa. Da casa destruída não pode tirar nem uma pedra e naquele local fica proibido construir outra residência. "Lamia morava num apartamento, dentro de um sobrado de três andares", afirma Taissir. "O restante das pessoas que moravam lá nada tinham a ver com ela ou com o marido. Então as tropas derrubaram toda a casa deixando 12

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

Confiança e fé.
Abraços de quem muito vos ama.
Lamia"

anti-semitas", segundo o teórico sionista Theodor Herzl.

Na verdade, os interesses da criação do Estado de Israel, não foram do povo judeu, na sua totalidade. As teses sionistas encobriam as diferenças de classe entre os próprios judeus, igualando a todos pela religião unicamente. E para satisfazer seus propósitos, buscavam apoio do imperialismo. Primeiramente, a Inglaterra apoiou as teses sionistas, depois, com a criação do Estado de Israel, os Estados Unidos aproveitaram a deixa para usar o Estado judeu como defensor de seus interesses no Oriente Médio.

QUEM É TERRORISTA?

E os palestinos? Aliados de suas terras, não restou outra alternativa para eles senão lutar. A OLP (Organização para a Libertação da Palestina) é a entidade que dirige a luta dos palestinos, que são tratados com absurda discriminação no Estado de Israel. Episódios lamentáveis, como o massacre de Sabra e Chatila, demonstraram que o Estado de Israel é extremamente terrorista. Aos palestinos que lutam pela sua terra, o Estado de Israel tem reservado as mais severas punições. O racismo e o terrorismo de Israel não têm limites. Um dado importante é que o Estado de Israel gasta a maior parte de seu orçamento em armamento.

(Dennis Oliveira)

Tribuna Operária
Semestral Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.
Anual (52 edições) R\$ 800,00
Anual popular (52 edições) R\$ 400,00
Semestral (26 edições) R\$ 400,00
Semestral popular (26 edições) R\$ 200,00
Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70,00
Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:
Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua Adonir Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo, CEP: 01318



Governo Sarney

Na rua da amargura

Páginas e mais páginas de jornal têm sido consumidas ultimamente com declarações sobre a duração do mandato presidencial. Em geral o ponto de referência para defender este ou aquele prazo não tem sido, entretanto, o interesse maior da nação mas sim a conveniência dos políticos que se consideram presidenciáveis.

Assim, certos governadores, cujos mandatos terminam em 1990, preferem seis anos para o governo federal. O PT, mais preocupado em promover a própria legenda, fala em diretas já, tentando capitalizar a palavra de ordem que teve tanto sucesso em 1984. Brizola anda na dúvida: falava em diretas-já mas com as derrotas eleitorais que sofreu em 15 de novembro, já imagina se o melhor não seria deixar a eleição para 1989, sem vincular o pleito presidencial com o de prefeitos e vereadores, que daria certa vantagem ao PMDB. Ulysses Guimarães, desgastado pela ambição desmedida, diz concordar com cinco anos de mandato - mas comenta-se que na prática incentiva o movimento por quatro anos.

Além do interesse imediato por posições, o açoitamento pela definição do mandato é uma forma de pressão sobre o governo Sarney. De certa forma fica a ameaça: "se me agrada deixo meu mandato em seis anos, caso contrário vamos lutar por quatro". Mas nesta forma de abordar o problema fica embutida também a defesa implícita da manutenção do sistema presidencialista.

PROBLEMA REAL

Deve-se notar que tanta discussão não se manteria acesa se o país não atravessasse uma profunda crise política e econômica. O povo está insatisfeito com a não realização das mudanças reclamadas com as grandes

jornadas de 1984. A inflação bate todos os recordes e não se vislumbra uma saída para o problema. As negociações em torno da moratória continuam sem solução e declarações do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, fazem suspeitar de concessões inadmissíveis frente aos credores internacionais.

Diante das dificuldades, o governo Sarney encontra-se paralisado. Sofre o cerco do imperialismo e não tem coragem de mobilizar o povo para salvaguardar a soberania nacional. Joga sobre as costas dos trabalhadores as consequências da crise. Deixa o país sem rumo, revelando, em particular na reforma do ministério, completa incapacidade de dirigir.

O governo encontra-se isolado e desacreditado. A principal sustentação política de Sarney é o grupo de generais que aceleradamente vai botando as mãos nos centros vitais de decisão do país. Os militares intervêm nas greves, pressionam a Constituinte, fazem pronunciamentos sobre todos os assuntos e ameaçam os que se opõem à sua tutela.

A Constituinte é que pode tomar em suas mãos a solução do problema. O povo não admite que a questão seja enfrentada com aventuras ou quarteladas. Da mesma forma não há porque atropelar a Constituinte exigindo eleições antes que seus trabalhos estejam concluídos. A nação precisa de um governo que supere o sistema presidencialista, comprovadamente incapaz de assegurar a democracia. E de um governo eleito livremente, com credibilidade para enfrentar os desafios.

Tancredo Neves, na sua campanha, havia assumido o compromisso de quatro anos de mandato. Não existe razão para que o mandato de Sarney ultrapasse este limite.



Amazonas: ouvido e elogiado em duas subcomissões

Constituinte I

Êxito do velho deputado

O presidente nacional do PC do B, João Amazonas, ex-constituinte de 1946, voltou a participar, 41 anos depois, dos trabalhos de uma assembléia constituinte. Na semana passada Amazonas foi ouvido em 2 audiências públicas nas subcomissões do Poder Executivo e da Organização Eleitoral e Partidária, quando abordou algumas questões fundamentais que devem ser incluídas no novo texto constitucional.

Seu depoimento na subcomissão do Poder Executivo foi uma vigorosa e contundente crítica ao sistema presidencialista de governo, definido por ele como um sistema atrasado, centralizador e autoritário. Na oportunidade, Amazonas defendeu a necessidade de adotar no Brasil um novo sistema de governo, de co-responsabilidade entre os poderes Executivo e Legislativo, como forma de democratizar as relações de governo no país. Para Amazonas a substituição do presidencialismo por este novo sistema é uma exigência para o avanço e a consolidação da democracia.

O presidente nacional do PC do B destacou que a manutenção do presidencialismo não solucionaria os graves problemas políticos vividos pelo país na medida em que manteria intocada a atual estrutura autoritária do poder. Na sua opinião a adoção do sistema de governo de co-responsabi-

lidade, além de democratizar o poder, fortalecer o Legislativo e dividir as responsabilidades sobre a condução dos destinos da nação, contribuiria para manter um rígido controle sobre a atuação das Forças Armadas, limitadas à sua função constitucional de garantir a integridade do território brasileiro contra agressões externas, pondo assim um fim à escalada de militarismo no Brasil.

O depoimento de Amazonas repercutiu intensamente entre os membros da subcomissão e foi elogiado por diversos constituintes e pelo jurista Seabra Fagundes, que também participou da audiência pública. O relator da subcomissão do Poder Executivo, constituinte José Fogaça, (PMDB-RS) destacou que a intervenção de Amazonas representou uma "decisiva contribuição" para os trabalhos daquela subcomissão e para uma melhor compreensão da necessidade de se eliminar o presidencialismo.

O presidente nacional do PC do B depôs também na subcomissão da Organização Eleitoral e Partidária, quando defendeu a livre organização dos partidos políticos, a manutenção do voto proporcional, o estabelecimento de critérios equitativos para utilização dos horários de propaganda eleitoral gratuita por todos os partidos, entre outras medidas. (Moacyr de Oliveira Filho)

Constituinte II

Goiás lança suas propostas

Por sugestão do deputado Edmundo Galdino (PC do B), a Assembléia Legislativa de Goiás acaba de remeter à Constituinte duas sugestões de texto constitucional.

A primeira sugestão trata do problema das Forças Armadas. A elas caberá exclusivamente o papel de

defesa das fronteiras, sendo vedada a atuação na ordem interna. Além disso cria o Ministério da Defesa, extingue o SNI e estende o direito de voto aos cabos, soldados e marinheiros. A segunda considera crime inafiançável a discriminação racial e obriga o ensino da cultura afro-brasileira a partir do 1º grau.

Indústria farmacêutica

As multis querem mais

Europeus e americanos fazem planos contra produção nacional de reagentes

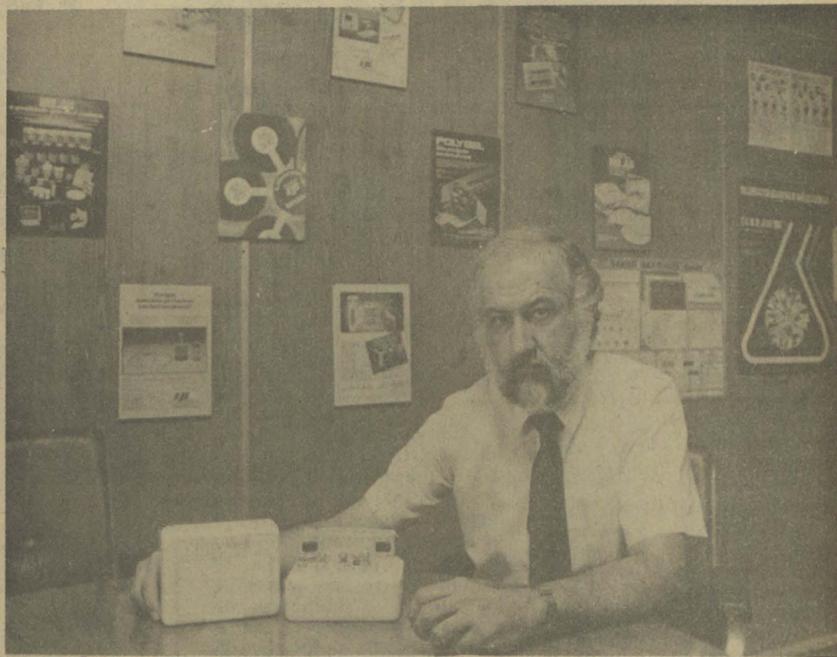
Como em quase todas as partes do mundo, milhões de brasileiros submetem-se, todos os anos, a exames de análises clínicas. Mais sofisticados a cada dia, eles desempenham um papel insubstituível na medicina moderna. É através deles que se pode diagnosticar com segurança doenças como o mal de Chagas, hepatite, sífilis, febre tifóide ou AIDS. E são eles também que permitem verificar os níveis de substâncias como glicose, colesterol, uréia e ácido úrico no organismo humano.

Há menos de uma década, no entanto, nenhum dos inúmeros reagentes e instrumentos necessários à realização desses exames podiam ser produzidos no Brasil. O mercado nacional, como de resto o de quase todos os países dependentes, era dominado pelas divisões de análises das gigantes multinacionais da área farmacêutica. E, a exemplo do que ainda hoje ocorre com os medicamentos, estas multinacionais limitavam-se a importar fórmulas ou mesmo produtos acabados, e revendê-los a preço de monopólio no mercado nacional.

Importavam e vendiam a preços abusivos

Hoje, quando a indústria nacional acaba de realizar um esforço que a tornou capaz de atender quase todas as necessidades do setor, as empresas estrangeiras voltam à carga, e ensaiam novas táticas para recuperar o espaço perdido. A importância do assunto fez com que ele se tornasse objeto de debate na Assembléia Nacional Constituinte.

A luta em defesa da indústria nacional tem sido comandada pela Associação Brasileira de Indústrias de Produtos para Laboratórios - Assibral, uma entidade fundada há 8 anos e que



Ynterian foi representante de normas estrangeiras. Hoje avisa: "podemos passar sem elas".

reúne atualmente cerca de 60 empresas do setor, todas de pequeno e médio porte e com capital social integralmente brasileiro. Há cerca de um mês a Assibral tem enviado aos constituintes e a entidades da sociedade civil uma série de cartas através das quais solicita o apoio no combate às multinacionais. Na semana passada a Tribuna Operária ouviu, na sede da entidade, no bairro de Mirandópolis, em S. Paulo, seu presidente, dr. Pedro Ynterian.

"O desenvolvimento acelerado e a curto prazo das indústrias brasileiras demonstra que podemos facilmente passar sem as multinacionais", dispara Ynterian num português atravessado por sotaque e expressões castelhanas. E os fatos parecem dar razão a este cubano naturalizado brasileiro, há 14 anos estabelecido no país.

A autosuficiência obtida em 10 anos

No final da década passada, quando já surgiam sinais de que a política de endividamento externo frenético praticada pelos militares acabaria trazendo sérios problemas para o

balanço de pagamentos, a Cacex - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil baixou resoluções proibindo a importação de uma série de produtos para os quais houvesse similar nacional. Ainda que não vigorasse qualquer política de estímulo à indústria nacional, a simples publicação das decisões desencadeou o surgimento de um número cada vez maior de empresas interessadas em produzir aqui o que até então um pequeno grupo de empresas estrangeiras - a Abbott e a Miles, americanas; a Merck, alemã; a Roche, suíça; e a Organol, holandesa - trazia de fora.

Constituídas com capital inicial reduzido, estas empresas eram criadas em sua maioria por antigos funcionários de firmas estrangeiras, ou por cientistas provenientes de grandes laboratórios de análises clínicas ou do meio universitário. O caso de Ynterian é exemplar. Representante até 1974 da empresa americana Disco, ele associou-se nesse ano a Augusta Takeda, pesquisadora do Instituto Adolfo Lutz em S. Paulo, para fundar a Salck, visando produzir reagentes para análises clínicas. A princípio as multinacionais desprezaram o que chamavam de "um punhado de fabriquetas de fundo de quintal".

Pequenas empresas vencem as multis

Bastou, porém, que a Cacex, pressionada pelo agravamento das dificuldades com o balanço de pagamentos, sustentasse a política de proteção aos produtos brasileiros, para que as fabriquetas de fundo de quintal se capacitassem a substituir, com vantagens, os reagentes importados. Hoje a indústria nacional atende, segundo dados de Ynterian, 90% das necessidades do país; oferece produtos com o mesmo grau de confiabilidade dos estrangeiros a preços muitas vezes 50% inferiores; e se prepara para dominar novas tecnologias, como a de produção de instrumentos para laboratórios sofisticados e a técnica monoclonal, que permite produzir anticorpos a custo baixo e com altíssimo padrão de qualidade.

"Eles pensam que tudo tem um preço"

Ameaçadas de perder definitivamente um mercado promissor, as multinacionais reagem com o peso de seu poderio econômico. Empregam formas abertas ou veladas de dumping, como no caso dos reagentes para teste de AIDS (ver quadro). E mais recentemente lançaram mão do artifício de seminacionalizar produtos que antes importavam de suas matrizes. Num momento em que as dificuldades do balanço de pagamentos do país transformaram-se em crise cambial, elas acenam com um punhado de dólares, exigindo em troca a abertura do mercado nacional. É o caso da Roche, que acaba de apresentar ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio um projeto para investir 2 milhões de dólares na fabricação de produtos que hoje já são produzidos por mais de 20 empresas brasileiras.

"Os 2 milhões de dólares são exibidos como passaporte de entrada no mercado. Eles pensam que tudo aqui é comprável, e tem um preço. Mas o que investem com uma mão arrancam dobrado com outra", reage indignada a Assibral em uma de suas cartas abertas.

Como forma de defender os interesses do país, a entidade pede que a nova Constituição proíba a participação de empresas estrangeiras no setor de diagnóstico e de tratamento de saúde. Este princípio permitiria o estabelecimento posterior, através da legislação ordinária, de reserva de mercado, impedindo a penetração das multinacionais. "Os constituintes têm a palavra", conclui o boletim da Assibral. (Antônio Martins)

Caso Aids

Traficando com a saúde popular

Um exemplo da ação das multis no setor farmacêutico

Os altos índices de incidência de AIDS no Brasil, somados à divulgação sensacionalista que a grande imprensa dá ao assunto levaram milhares de brasileiros a submetem-se ao exame que permite constatar a presença de vírus causadores da enfermidade no organismo. Durante muito tempo este exame era feito exclusivamente com reagentes importados.

Em setembro do ano passado, no entanto, a indústria nacional capacitou-se para produzi-lo. Procurando tirar proveito da Lei do Similar Nacional, a Assibral solicitou à Cacex, como fizera no caso de outros produtos, que fosse suspensa a importação de reagentes estrangeiros.

Como o grupo Abbott opunha-se firmemente à medida, a Cacex convocou-o, junto com os fabricantes brasileiros, para uma reunião em sua sede, no Rio. A multinacional então ameaçou retirar do país três centenas de readers, instrumentos essenciais ao diagnóstico da doença, que havia cedido em regime de comodato a laboratórios de análises clínicas em vários Estados.

O caso da AIDS é revelador de um dos tipos de pressão que as multinacionais exercem na tentativa de recuperar o domínio do mercado brasileiro. Alta-



O Kit nacional para AIDS: bom e 50% mais barato

mente capitalizadas, distribuem equipamentos a laboratórios brasileiros, mas exigem em contrapartida a compra exclusiva de seus produtos. Segundo Pedro Ynterian, o custo dos instrumentos é recuperado em pouco tempo: enquanto um teste de AIDS feito com reagentes importados custa em média 3 dólares, o mesmo teste realizado com produtos fabricados pela indústria nacional sai por US\$ 1,40.

As tentativas das empresas estrangeiras, entretanto, não param por aí, e assumem às vezes características de intimidação pessoal. Recentemente uma delegação de 10 altos executivos do grupo americano Wellcome esteve no Brasil, mantendo contato com membros do governo, empresas e laboratórios brasileiros, num esforço para iniciar a fabricação de seus reagentes no

país. Em sua passagem por S. Paulo a delegação convidou para uma conversa a pesquisadora e sócia da empresa brasileira Salck, Augusta Takeda. Dirigindo-se ao local do encontro, um andar inteiro no luxuoso Hotel Hilton, Augusta foi pressionada durante várias horas por David Barns, executivo americano que ora "pedia satisfações" sobre as especificações dos reagentes brasileiros contra AIDS, ora procurava "convencê-la" de que eles são de qualidade duvidosa.

Pressionada pelas multis, a indústria nacional tem se desenvolvido intensamente e expandido suas atividades. Ynterian garante que ela prepara-se para produzir um aparelho conhecido como microrleitor, capaz de desempenhar com idêntico grau de confiabilidade o mesmo trabalho atribuído pela Abbott.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

POLÍTICA ECONÔMICA

Um "ajuste" contra a população

O governo deu início a um novo ajuste econômico com vistas a obter um superavit comercial (diferença entre exportações e importações) da ordem de 8 bilhões de dólares neste ano e, desta forma, facilitar as negociações com a comunidade financeira internacional. Entre as medidas que implementou destacam-se a chamada mididesvalorização do cruzado em relação ao dólar, redução da perspectiva de crescimento econômico para algo entre 3% a 3,5%. Fala-se também na adoção de um novo "choque heterodoxo" com o congelamento temporário de preços e salários.

Nota-se, ao mesmo tempo, uma mudança de tom no tratamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com quem o novo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, admite negociar, ainda que, segundo declarou, em bases diferentes, não acatando o receituário clássico da instituição. Na prática, em contradição com a retórica dos governantes, ocorre uma acentuação da política econômica antipopular, com medidas que resultarão em mais desemprego e inflação, no rumo do Cruzado 2 baixado em novembro.

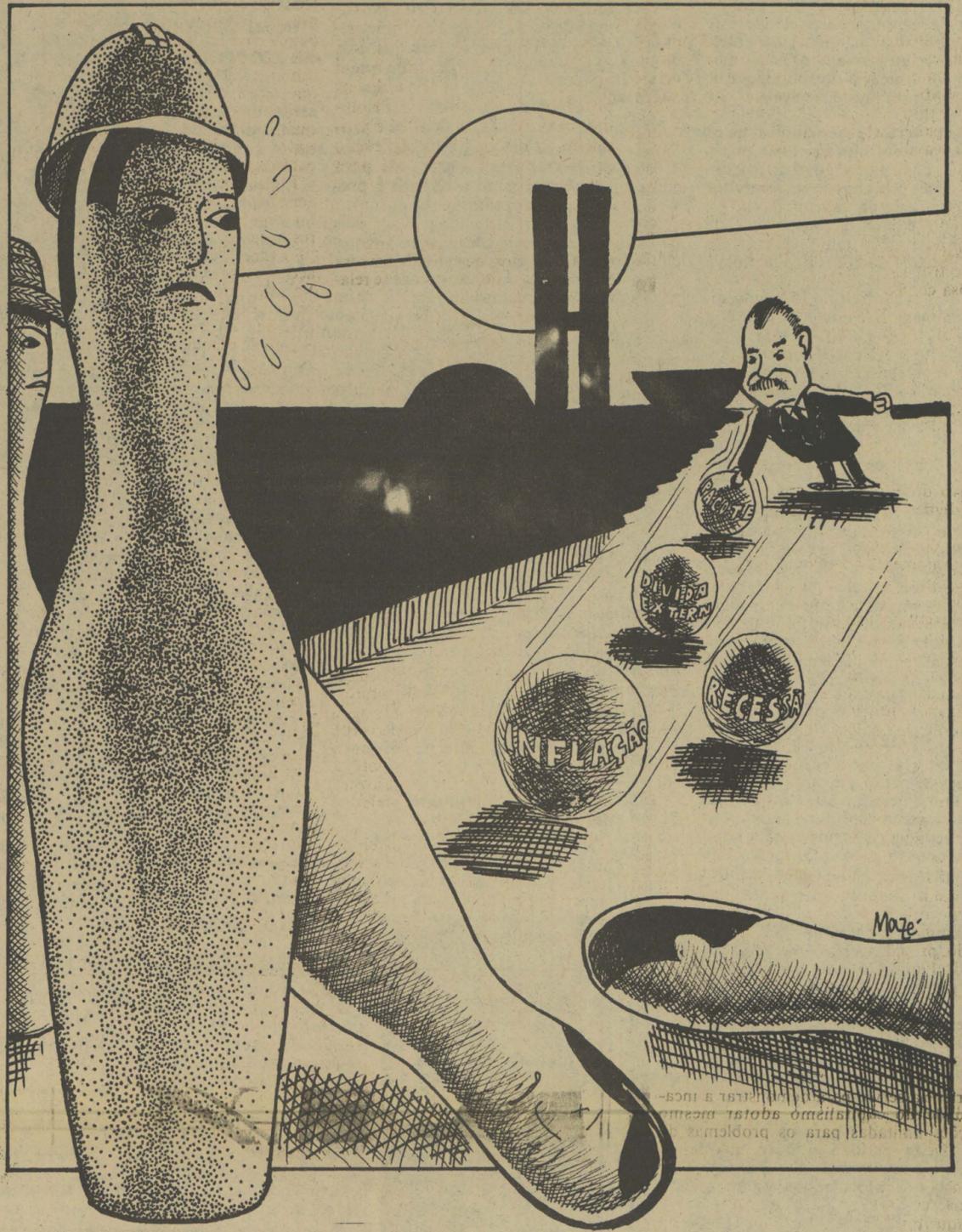
Com efeito, a crise econômica - e, por extensão, social - continua se agravando. A recessão caminha a passos largos, os preços enlouqueceram, registrando-se aumentos de até 200% nos alimentos vendidos pelos supermercados, os salários reais vivem um processo de contínuo declínio, assiste-se a uma quebradeira generalizada de pequenas e médias empresas.

Enquanto isto, no exterior sobem as taxas de juros. A *prime rate*, taxa vigente nos Estados Unidos à qual estão vinculados cerca de 20% da dívida brasileira, subiu na semana passada de 7,75% para 8%, alta puxada pelo grandes bancos após a aceleração da inflação naquele país. A *libor*, taxa do mercado interbancário de Londres (a que estão sujeitos 50,2 bilhões de dólares dos nossos débitos), pulou de 6% para 7,44% nos últimos seis meses.

Automaticamente, cresce a dívida externa brasileira, contraída (quase toda) a juros flutuantes. Mas a postura da grande burguesia brasileira é de cedência à pressão dos credores. No próximo dia 20 completam-se três meses de moratória. A iminência de novas chantagens leva a equipe econômica a buscar um acordo às pressas.

Os violentos desequilíbrios da economia, e as medidas que o governo vem sendo forçado a adotar dentro de sua tática de negociação com os bancos estrangeiros, refletem a timidez da conduta diante do imperialismo, em particular a insuficiência da moratória. E mostram a necessidade de proceder urgentemente a uma efetiva suspensão do pagamento da dívida (principal e juros, sejam créditos de instituições privadas ou oficiais), acompanhada de um estudo sobre os seus desastrosos efeitos na economia interna e de uma rigorosa auditoria dos empréstimos.

(Umberto Martins)



Porta aberta à recessão

O novo ministro da Fazenda tratou de reduzir a expectativa de crescimento da produção neste ano, afirmando que ela deve evoluir a uma taxa entre 3 a 3,5% (Funaro, segundo declarou, seu ex-assessor Nogueira Batista, trabalhava com a hipótese de 5%). Uma projeção que está estreitamente vinculada à chamada mididesvalorização do cruzado ou, mais precisamente, ao novo ajuste econômico que vem se efetuando com a finalidade de garantir maiores saldos da balança comercial.

É, também, uma certa adequação das metas da política econômica à realidade. Com efeito, desde novembro do ano passado, após a edição do Cruzado 2, que a orientação governamental passou a ter claro conteúdo recessivo.

O atual ministro, neste sentido, parece resignar-se com os rumos da produção, ao mesmo tempo em que adota novas medidas que prometem agravar ainda mais o problema. Se a taxa de crescimento prevista para este ano é de 3%, e se é sabido que a produção agrícola isoladamente garantirá um crescimento do PIB da ordem de 1,5%, é fácil perceber que a evolução dos outros setores (indústria, comércio e serviços) ficará abaixo da taxa de crescimento vegetativo da população (cerca de 2,6%). Ou seja: algo que, se não é a própria, é muito parecido com recessão, já que implicará no aumento do número de desempregados no Brasil.

QUADRO NEGRO

Pior, contudo, é que o quadro que vem se desenhando desde janeiro é ainda mais negro que as projeções da atual equipe econômica. O desemprego vem aumentando nos últimos meses, tanto pela taxa do IBGE (que pulou de 3,2% em janeiro para 3,4% em fevereiro), quanto pelo índice do Dieese/Seade, para a Grande São Paulo (de 8,5% em março, contra 7,6% em fevereiro e 7,3% em janeiro, representando um contingente de 67 mil novos desempregados).

Os salários, também por diversos índices, continuam caindo, tendo sofrido desde novembro uma queda de cerca de 16%, segundo o Dieese, ou de 14,7%, segundo dados da Fiesp. A massa salarial, por sua vez, sofreu um declínio de 11,6% relacionada com o ano passado.

Mas há outros indicadores do desaquecimento da atividade econômica no país. Em São Paulo, por exemplo, o

número de concordatas aumentou 887% apenas em abril, em relação ao mesmo mês de 86, segundo informações do presidente da Associação Comercial do Estado, Romeu Trussardi Filho. Ressalte-se que em abril verificou-se o maior número de concordatas desde 1960. Nos quatro primeiros meses deste ano a evolução foi de 414%, havendo 180 requerimentos contra 160 durante todo o ano de 1985.

No caso da indústria automobilística, setor de ponta da economia nacional que emprega centenas de milhares de trabalhadores, houve uma queda de 21% na produção e de 36% nas vendas nos primeiros quatro meses do ano.

JOGO DE RETÓRICA

Esses e outros indicadores mostram que o fantasma da recessão está cada vez mais real. Eles evidenciam também que as reiteradas afirmações do presidente José Sarney de que o crescimento da economia está garantido estão virando simples jogo de retórica.

Vê-se que a possibilidade de planejamento do regime, mesmo que relacionada unicamente à capacidade de aproximar as metas da realidade, é muito limitada. Com efeito, a característica do capitalismo é a anarquia. Os agentes da produção são os capitalistas privados, sendo que cada um decide, por si, sobre os planos, a produção e a distribuição, segundo seus interesses particulares de maiores lucros.

No entanto, isto não quer dizer que declarações de intenções e metas do governo sejam destituídas de sentido prático, nem que o governo não tenha nenhuma possibilidade de influir no processo produtivo.

Por isto, a redução da perspectiva de crescimento econômico (por implicar também em desemprego e deterioração das condições de vida dos trabalhadores) merece o repúdio do povo. Ela pode significar também a diminuição dos investimentos públicos. Parar de crescer significa igualmente deter o progresso das forças produtivas, atrasar-se ainda mais em relação às potências imperialistas, tornar o país ainda mais dependente do exterior. Por que razão não crescer? E é o próprio governo quem diz: é preciso moderar o crescimento para ajustar a economia no sentido de aumentar o saldo comercial, ou seja, satisfazer aos interesses dos banqueiros. O que, em absoluto, não está de acordo com os interesses nacionais.

Desvalorizando a nação

A chamada mididesvalorização do cruzado em relação ao dólar, de 8,48%, agravará ainda mais as condições de vida do povo, pois impulsiona a inflação, rebaixa os salários e, ao mesmo tempo, torna ainda mais ameaçador o fantasma da recessão. Segundo o Ministério da Fazenda, a medida terá um impacto inflacionário de 23% neste ano.

A medida traduz um empobrecimento do país, expresso na redução do consumo interno - tanto o produtivo como o improdutivo. Os preços sobem. Em primeiro lugar, destaca-se o encarecimento das importações. Veja-se, como exemplo, o caso do petróleo. A Petrobrás passará a adquiri-lo no exterior a um preço maior, quando convertido em cruzados (que é a moeda que ela utiliza para comprar dólares junto ao Banco Central). Naturalmente, estourou no bolso da população - o aumento dos preços do diesel, combustível e gasolina estão aí para prova-lo. É inevitável que isso se reflita nos preços de transportes, alimentos etc.

Crescem, da mesma forma, os custos da dívida das estatais, refletindo-se em tarifas e preços mais elevados dos bens e serviços por elas produzidos. Há igualmente a elevação do déficit público, entre outras razões pelo fato de que o governo é obrigado a converter os dólares obtidos nas exportações em cruzados (mais cruzados, devido à desvalorização), para pagar os empresários que vendem ao exterior. Com o déficit público, aumentam a oferta e a depreciação da moeda.

DESEQUILÍBRIO

Estimular as exportações, nas condições atuais, ocorre em detrimento do mercado interno. Haverá, consequentemente, uma redução da quantidade de mercadorias disponíveis para o consumo no país resultando em desequilíbrio

(ainda maior, na verdade) entre oferta e procura. Com isto, vem a alta de preços e agrava-se o problema do abastecimento.

O efeito sobre os investimentos e a atividade econômica se dá de diversas maneiras. Destaca-se o desestímulo às importações, devido ao encarecimento das mercadorias compradas no exterior. Isto implica na redução das aplicações em máquinas, equipamentos e insumos diversos.

O próprio choque dos preços internamente é desfavorável à atividade produtiva. A um só tempo, os custos sobem e a demanda interna cai (ao comprimir a capacidade de consumo). Decresce, ainda, na mesma proporção em que aumenta o déficit público, a possibilidade de investimentos dos órgãos direta ou indiretamente vinculados ao governo.

É verdade que há a expectativa de que o beneficiamento dos setores voltados para a exportação acarrete o implemento de suas atividades, sendo um contrapeso a esses aspectos recessivos. Mas deve-se observar que, como está sendo programado, o aumento das exportações se dará basicamente em detrimento do mercado interno. Os exportadores venderão lá fora precisamente o que deixam de vender aqui dentro, devido à diminuição do consumo. E isto não representa um acréscimo das vendas ou da produção.

SEM BENEFÍCIOS

Como se vê, de maneira alguma a mididesvalorização beneficiará o povo. Do ponto de vista do comércio exterior, é difícil sustentar que o cruzado estava supervalorizado. Mesmo porque a balança comercial é superavitária. Além disto, o dólar vem se desvalorizando a uma grande velocidade no mercado monetário mundial, e isto significa também, obviamente, desvalorização do cruzado, já que nossas exportações são cotadas em dólar na Europa

no Japão. Leve-se em conta, ainda, o aumento da inflação norte-americana.

Este conjunto de fatores significa desvalorização relativa do cruzado diante de outras moedas. Porém, o que de fato contou para o governo foi a circunstância de que o superavit comercial (que não ocorre como uma necessidade da economia brasileira, mas sim por imposição das regras do sistema financeiro mundial), apesar de expressivo, é hoje insuficiente para atender os interesses dos banqueiros e, mesmo, para criar o quadro que o governo deseja com sua tática de negociação.

Novo "choque". Para que?

Depois de assumir o Ministério, Bresser Pereira divulgou a intenção de aplicar, a curto prazo, um novo "choque heterodoxo" na economia, com congelamento temporário de preços e salários. Uma espécie de reedição, em outras condições, da versão inicial do Plano Cruzado.

O anúncio, aliado à mididesvalorização do cruzado, desencadeou uma remarcação desenfreada de preços, com aumentos de até 200% em alguns produtos num único dia. A inflação disparou e deve ultrapassar a marca dos 20% neste mês, batendo todos os recordes da nossa história.

INCENTIVANDO A ALTA

Há indícios de que a própria equipe econômica está incentivando a alta dos preços, orientada pelo raciocínio de que, com remarcações maiores e mais constantes, a relação entre os preços das diferentes mercadorias fica melhor equilibrada, facilitando o "choque". Cria-se também uma situação desesperadora e insustentável, onde será mais simples e fácil justificar medidas fortes.

Não há dúvidas de que a inflação já está além de limites suportáveis, tornando-se urgente medidas para debelá-la. Porém, o que se prepara nos gabinetes do Ministério da

O acordo com a comunidade financeira internacional pressupõe o envio de recursos ao exterior que envolvem, neste ano, a necessidade de um saldo comercial de 8 bilhões de dólares. A curto prazo não paga toda a dívida - pretende o refinanciamento de 4 bilhões de dólares para expandir seus negócios internos. Mas remete, apesar disto, um grande volume de recursos aos bancos estrangeiros.

A mididesvalorização, portanto, deixa patente a timidez e insuficiência da moratória decretada pelo governo diante de exigências mínimas da nação e do povo brasileiro.

longe de atender às expectativas populares neste sentido.

Cogita-se, por exemplo, de reajustar novamente os salários pela média do poder de compra (desta vez dos três meses imediatamente anteriores ao congelamento), consagrando as perdas provocadas pela inflação.

O valor real dos salários, quando no "pico" (ou seja, antes de sofrer a corrosão da carestia), seria certamente menor do que em março do ano passado. Mais um retrocesso para os trabalhadores.

Mas não é só. Consta ainda do plano substituir a sistemática do reajuste móvel, desarmar o "gatilho". Sob o argumento de sempre, isto é, de que é causa da alta dos preços. Um objetivo, diga-se de passagem, que os governantes vêm perseguindo há meses.

Esta vez nem se alardeia o propósito de acabar com a inflação, deseja-se tão somente torná-la mais palatável, algo entre 3% a 4% ao mês. Quanto à possibilidade do governo manter o congelamento, é por demais conhecida sua incapacidade para tanto (que se atente para a experiência do ano passado). Assim, o principal objetivo parece mesmo ser o de redobrar o arrocho dos salários.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A tática do "pai de todos"

O presidente Sarney, no dia 1º de Maio, saudou os trabalhadores dizendo que "esta data é uma recordação da luta gloriosa da classe trabalhadora do mundo inteiro para fugir à exploração e - acrescentou matreiramente - para estabelecer condições dignas na relação capital-trabalho".

CHICOTE ESCONDIDO

Não é estranho o presidente da República, que há poucos dias solicitou a ocupação de portos e refinarias por navios de guerra, tanques e tropas de elite, homenagear a luta gloriosa contra a exploração?

Mas o episódio serve para ilustrar como se desenvolve a luta de classes. As classes dominantes, por um lado, não vacilam em reprimir os trabalhadores. Mas, por outro, tratam de camuflar os antagonismos sociais e procuram se apresentar como defensores dos interesses do conjunto da nação. Assim, o chefe do governo trata de aparecer como uma figura acima das classes, que também condena a exploração. E ainda joga como objetivo dos operários "estabelecer condições dignas na relação capital-trabalho". Como se esta relação fosse coisa imutável e natural, como se a essência desta relação não fosse exatamente a exploração do trabalho pelo capital.

A luta de classes não se dá entre dois blocos mecanicamente separados. Na sociedade, através de inúmeros artifícios, a burguesia procura disfarçar os laços de opressão. E, através da imprensa, do cinema, das escolas e milhares de meios de propaganda, procura fazer com que os trabalhadores assimilem e pratiquem, no cotidiano, os conceitos da classe dominante - entre eles o tal estabelecimento de "condições dignas na relação capital-trabalho".

EXPLORAÇÃO DIGNA?

Dentro desta mesma ótica, o presidente voltou a insistir que trabalhadores, patrões e governo devem sentar-se à mesa para um "entendimento nacional". Se houver este acordo, prometeu ele, "voltaremos aos bons dias do Plano Cruzado, que até hoje deixa uma grande saudade no povo brasileiro". Mais uma vez é o apelo à conciliação de classes e a tentativa de convencer a classe operária a ter como objetivo os paliativos.

A classe operária não vive com saudade do Plano Cruzado. Pelo contrário, esta experiência serviu para demonstrar a incapacidade do capitalismo adotar mesmo soluções limitadas para os problemas do país. Deste período o povo guarda na memória a impunidade dos sonegadores, a ganância dos especuladores e a impotência do governo em reprimir os abusos.

Daqueles dias, como de agora, o povo está farto de ouvir que suas reivindicações são "impossíveis de atender". A vida lhe ensina que melhores condições de trabalho, salários mais elevados e outras coisas elementares só são impossíveis de atender neste sistema caduco baseado na exploração do trabalho pelo capital. E que, longe de procurar "condições dignas" para esta exploração, o que se impõe é a luta para liquidar a exploração e caminhar para uma sociedade superior, socialista.

CARÁTER EDUCATIVO

O Dia do Trabalhador é comemorado em todo o mundo exatamente por seu caráter exemplar. A condenação à morte dos heróis que em Chicago reivindicavam oito horas de trabalho por dia - considerada então como impossível de atender - revela toda a fúria do capital. As manifestações neste dia têm um importante conteúdo educativo. Lembram aos oprimidos que se de imediato se combate por reivindicações menores, para ter o que comer no dia a dia, a solução das dificuldades de quem vive do trabalho é a transformação revolucionária da sociedade.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

A justiça militar

Primeiro ato: o procurador-geral da Justiça Militar, Leite Chaves, foi substituído por Eduardo Pires Gonçalves - irmão do general Leônidas Gonçalves, ministro do Exército.

Segundo ato: o general Adriano Pinheiro, encarregado do inquérito para apurar a responsabilidade do Exército na morte do ex-deputado Rubens Paiva, chega à conclusão que não se pode nem mesmo confirmar se Paiva está realmente morto.

Terceiro ato: o promotor Paulo César de Siqueira Castro, denunciando pressões e declarando à imprensa que estava "de mãos atadas", pede afastamento do caso Rubens Paiva.

No caso Riocentro ocorreram coisas semelhantes e o inquérito feito pelo Exército chegou a concluir que os ocupantes do Puma onde explodiu a bomba que ia ser atirada no recinto com a presença de mais de mil jovens, foram "vítimas". Agora, alguns consideram que a tendência dos militares é forçar o arquivamento do processo. É claro que na cúpula do Exército não devem faltar os que ainda procuram uma fórmula para acusar Rubens Paiva como assassino de alguma coisa. Não se deve esquecer que Job Lorena, que conduziu o processo Riocentro, hoje é general. E o capitão Wilson Machado, que estava com a bomba no colo, já é major.

AIDS

Uma espantosa fonte de lucros

Estados Unidos e França chegaram a um acordo. Os dois vão lutar com a exploração das vítimas da AIDS. É de ficar horrorizado, mas laboratórios dos dois países estavam disputando quem ficaria com a patente de todos os processos de identificação e isolamento do vírus da doença e produção de testes de identificação de portadores. Agora, até para pesquisar sobre a doença é preciso pagar royalties.

Marx comparou os capitalistas ao rei Midas: tudo que eles tocam vira ouro. No caso de setores que se relacionam diretamente com a vida, a lógica é a mesma. Escandaliza mais. Mas, se a burguesia lucra tanto com guerras, por que não lucraria também com as mazelas da existência, como as enfermidades? No que diz respeito à AIDS, é gritante.

Começa pela disputa sobre "quem é o dono do vírus". Os professores Robert Gallo, do Instituto Americano do Câncer, e Luc Montagnier, do Instituto Pasteur de Paris, disputaram palmo a palmo a primazia na descoberta do vírus da AIDS - logo registrada em cartório - para auferir polpidos lucros com as pesquisas em torno da doença. Deu empate. Por um acordo assinado entre o presidente Ronald Reagan e o primeiro-ministro Jacques Chirac, 20% dos rendimentos das descobertas de ambos serão divididos equitativamente entre os dois institutos, enquanto os outros 80% irão para uma fundação franco-americana (providencialmente criada para segurar a verba) de combate à AIDS, a ser gerida por especialistas (em finanças, naturalmente) dos dois países.

Mas a síndrome incontível da busca do lucro não fica só nesse sintoma. A ICN Pharmaceuticals, uma empresa norte-americana, apressou-se em divulgar a descoberta de um medicamento, chamado Virazole,

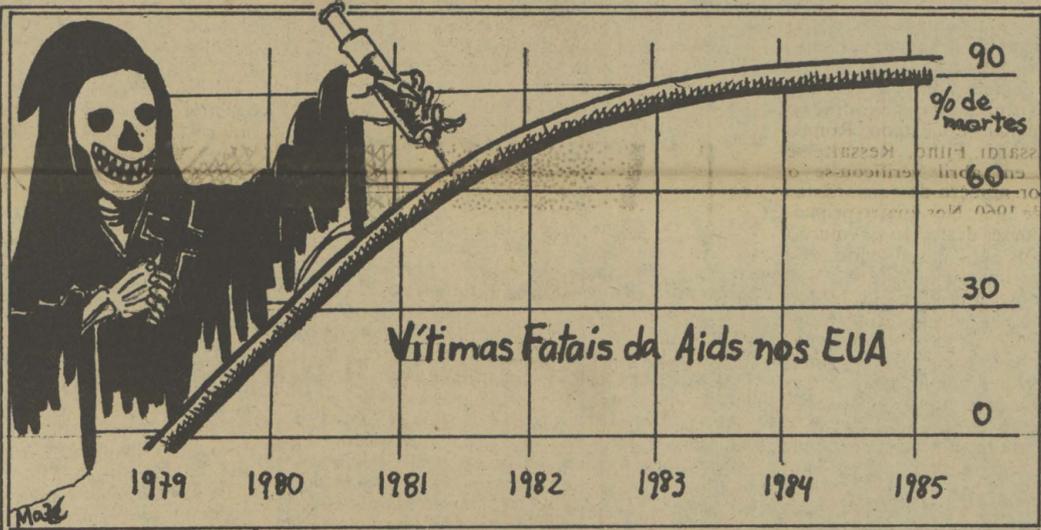
que impediria que a doença se desenvolvesse em alguém que já seja portador do vírus. Mandando qualquer prurido moral às urtigas, a indústria pagou para um aídético dizer, diante das câmeras de TV: "Minha esperança é esse remédio". O problema é que a empresa não apresentou nenhuma prova convincente de que sua droga de fato alivie os sofrimentos ou aponte alguma esperança para os aídéticos.

Em todo caso, a investida não foi em vão: a ICN Pharmaceuticals logo foi guindada a uma das "cem maiores indústrias" listadas pela revista "Fortune!", encabeçando a lista das ações mais rendosas na Bolsa de Valores. Até mesmo a Kodak comprou ações da indústria, e investiu 45 milhões de dólares no financiamento de pesquisas de novas drogas.

Mercado disputado palmo a palmo

O laboratório Hoffmann-La Roche, suíço, comprou direitos de exclusividade para desenvolver um remédio conhecido como DDC. Num leilão entre os fabricantes de remédios, a DDC conseguiu um alto preço por ser considerada mais eficiente e menos tóxica do que o AZT. Desnecessário acrescentar que as ações da Hoffmann-La Roche registraram substancial aumento no mercado.

Já que citamos o AZT, vamos a ele. A droga é vendida com o nome de Retrovir, é produzida pela Wellcome, e retarda o progresso da doença. Um ótimo negócio: um vidro que contenha o suficiente para dez dias de tratamento vale, no mercado mundial, 188 dólares (algo em torno de Cz\$ 6.580). O paciente precisa de um comprimido a cada quatro horas.



A prevenção é o único remédio

A AIDS é uma virose. Seu vírus, conhecido como LAV ou HTLV-III, ataca células do sistema de defesa do corpo humano, o sistema imunológico. A vítima fica inteiramente desprotegida contra ataque de bactérias e micro-organismos e morre em consequência das infecções praticamente intratáveis que adquire facilmente. A AIDS também pode se apresentar como um tipo raro de câncer, o Sarcoma de Kaposi.

É verdade que a AIDS atinge preferencialmente os homossexuais masculinos. Mas não é uma doença apenas de homossexuais. Na África, onde ela é muito mais antiga, ataca indistintamente homens, mulheres, crianças e velhos, sem qualquer relação com a prática sexual dos doentes. Além disso, os hemofílicos e os viciados em drogas intravenosas também integram o grupo de risco da AIDS. Há ainda o fato de que a doença tem longo tempo de incubação (período decorrido entre o contágio e a manifestação da AIDS), e com isso várias pessoas podem ser contaminadas por uma vítima que não sabe que é portadora da doença.

O contágio só se dá através do contato com esperma ou com sangue de um doente ou portador do vírus. Não há qualquer possibilidade de contágio através de contatos sociais. Não há necessidade de isolar os doentes. Os cuidados com os pacientes para evitar contaminar o pessoal de saúde são semelhantes aos da hepatite tipo B.

Não há nenhum tratamento capaz de curar a AIDS. Algumas drogas paralisam a doença, prolongando a vida dos pacientes,

mas não destroem o vírus. No entanto é possível enfrentar a AIDS com medidas de saúde pública e de controle epidemiológico. Para isso são necessárias a educação e a mobilização, tanto dos que integram o grupo de risco, como dos que não estão dentro dele. É imprescindível também o controle das demais fontes de transmissão da doença fora do ato sexual, como as transfusões de sangue e de hemoderivados.

O governo brasileiro levou três anos (os primeiros casos no país foram diagnosticados em 1982) para criar formalmente um programa nacional de controle e prevenção da doença. E decorreu mais um ano até que surgisse a primeira campanha nacional de esclarecimento à população. Mesmo assim, só estão sendo utilizados o rádio e a televisão, e o Ministério da saúde alega falta de verbas para uma campanha mais massiva.

Não existe nos programas de controle e prevenção da AIDS nenhum cuidado específico para identificar os portadores são do vírus, que constituem seus maiores disseminadores. Na verdade, todos os integrantes do grupo de risco deveriam fazer exames para verificar se estão ou não contaminados. Além do mais, doadores de sangue, por exemplo, não fazem testes para verificar se portam o vírus, que os torna ainda mais vulneráveis à doença os que dependem de transfusão de sangue e derivados. Também na assistência aos doentes a situação é crítica, pois faltam leitos nos hospitais e recursos para tratar os pacientes.

O Brasil sempre esteve despre-



O tratamento nos Estados Unidos pode alcançar Cz\$ 5.250 mil

De vez em quando as indústrias derrapam nos seus anúncios apressados. Mas mesmo assim, abocanharam algum dinheiro. Foi o que ocorreu com a British Tar Products, inglesa. Ela anunciou, dia 27 de fevereiro, um produto chamado Niacida, que mata o vírus da AIDS fora do organismo. Suas ações pularam

de 160 pence para 220 pence. Mas o boom durou pouco. Logo foi descoberto que até água fervendo fazia exatamente o mesmo efeito. Das ações da empresa ficaram em 170 pence - de qualquer forma, acima do valor anterior...

O mercado para os remédios contra a AIDS não é propriamente numeroso. Segundo a Organização Mundial de Saúde, até o dia 11 de abril foram registrados 42.404 casos, em 91 países. Por ordem de classificação, os EUA lideram em número de vítimas, seguidos pela França e pelo Brasil (estão excluídos os países africanos). Na terra do Tio Sam, cerca de 31 mil pessoas contraíram a doença. Destas, 18 mil morreram.

Outras 170 mil foram contaminadas com o vírus e já sabem e, segundo as estimativas, cerca de 1 milhão foram contaminadas, mas não sabem. Pois bem, o custo do tratamento para cada paciente nos EUA é de 50 mil a 150 mil dólares, até que morra. Fonte segura de lucros, portanto.

A vítima é avidamente disputada pelos abutres da indústria farmacêutica. Como confessou o porta-voz da Wellcome, Martin Sherwood, à

revista "Business", a rapidez conta muito na conquista do cliente: "Alguém poderá ter em produção uma nova droga dentro de dois anos, de modo que é possível que tenhamos um tempo de vida muito curto no mercado". Para tirar o máximo de uma curta existência, a Wellcome construiu rapidamente quatro novas fábricas, após o lançamento do Retorvir.

Um detalhe bastante significativo para todos nós, que somos vítimas do capitalismo: as indústrias só investem em pesquisas relacionadas com remédios lucrativos preferencialmente desses que necessitem uso crônico pelo consumidor, digo, do paciente. Já a pesquisa em torno de vacinas fica por conta dos governos interessados. O motivo é simples e bastante conseqüente, do ponto de vista dos investidores: a vacina poderia até livrar a humanidade do risco da AIDS e outras doenças infecto-contagiosas, mas seria utilizada umas poucas vezes por cada indivíduo. Já o comprimido, é para a vida inteira...

Afinal, qual é mesmo o mal do século?

Mas nem só de aídéticos vive a indústria dos que exploram o mercado da AIDS. Há também o temor das pessoas sãs de contraírem a doença. Como é bastante divulgado, o uso de preservativos durante o ato sexual é uma boa medida cautelar. Aliás, boa até para elas. Que o digam as indústrias do ramo. Nos EUA a venda de preservativos subiu 10% no ano passado, e os especialistas descobriram que poderiam aumentar o número de consumidores dos produtos direcionando as publicidades também ao público feminino. No Japão, as cotações da Okomoto Industries - a maior fabricante de preservativos do país - pularam de 375 ienes em outubro de 1985 para 1.600 ienes em março último. É fantástico!

Como se vê, nada como o lucro. Mesmo que explorando algo tão frágil como a saúde humana. A imprensa burguesa gosta de fazer estardalhaços em torno da AIDS, apresentando-a como o "mal do século". Mas há sérios indícios - apresentamos apenas alguns, aqui - de que há um mal maior por trás da AIDS. O corpo em putrefação do capitalismo não tem mais salvação. Um cirurgia profunda precisa ser adotada para extirpar esse mal da humanidade.

No Hospital Emílio Ribas faltam leitos para os aídéticos

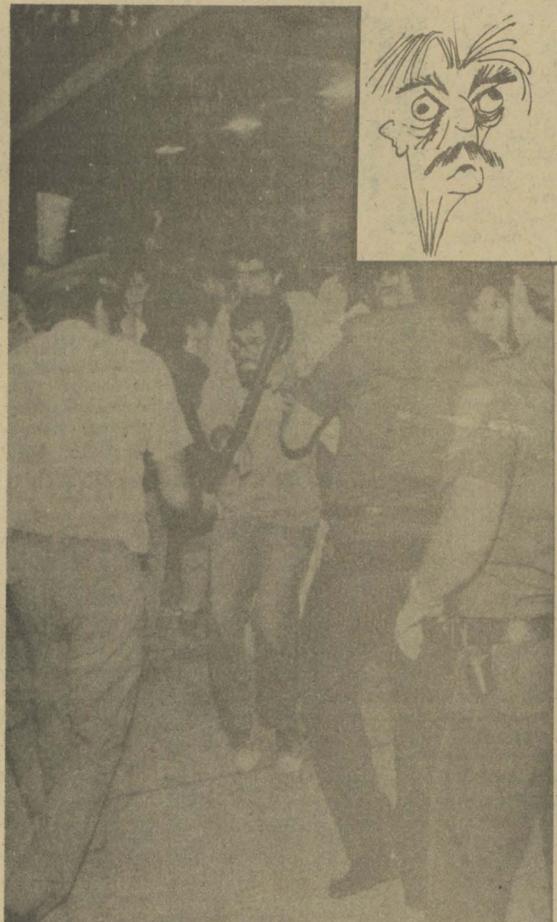


CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Mais de 1 milhão querem o gatilho

Mais de um milhão de servidores públicos encontravam-se em greve no país no final da semana passada, exigindo a aplicação do gatilho salarial. À exceção do governo da Bahia, nenhum outro Estado pagou seus funcionários de acordo com a política até agora sacramentada para os trabalhadores: disparo do gatilho a cada 20% da inflação.



Jânio bate todos os recordes de violência contra o funcionalismo

do prefeito Jânio Quadros: demissões em massa e repressão às manifestações dos servidores municipais.

DRAMA NACIONAL

Dos 480 mil funcionários públicos de Minas Gerais, 200 mil são ligados ao magistério; Após o Plano Cruzado, as perdas do funcionalismo mineiro se elevaram a 108% para cerca de 98% dos funcionários. Aqui também os setores mais mobilizados são os da saúde e educação; O governo Newton Cardoso vai se caracterizando pelo ataque cerrado às conquistas democráticas do funcionalismo, promovendo a intimidação e a violência, como foi o caso da repressão à manifestação de quarta-feira da semana passada que se prolongou



país de alunos, professores desfilaram contra o projeto do governador Pedro Simon eliminando o gatilho.

Em Curitiba, os professores municipais se encontram em greve há 50 dias. Os servidores estatutários do Estado até agora não receberam nenhum gatilho, enquanto os celetistas já gozaram deste direito. O governo do Estado chegou a responsabilizar o PT e o PC do B de tentativa de "desestabilização do governo" por apoiarem o movimento.

Cerca de 400 mil trabalhadores já paralisaram suas atividades no Rio de Janeiro em luta por melhores salários. Uma boa parte, funcionários públicos. Um exemplo marcante da situação dramática da categoria é o piso de praticamente 80% dos professores de 1º grau: Cz\$ 1.700,00. Com amplo apoio popular, os professores avançaram em conquistas importantes, embora parciais.

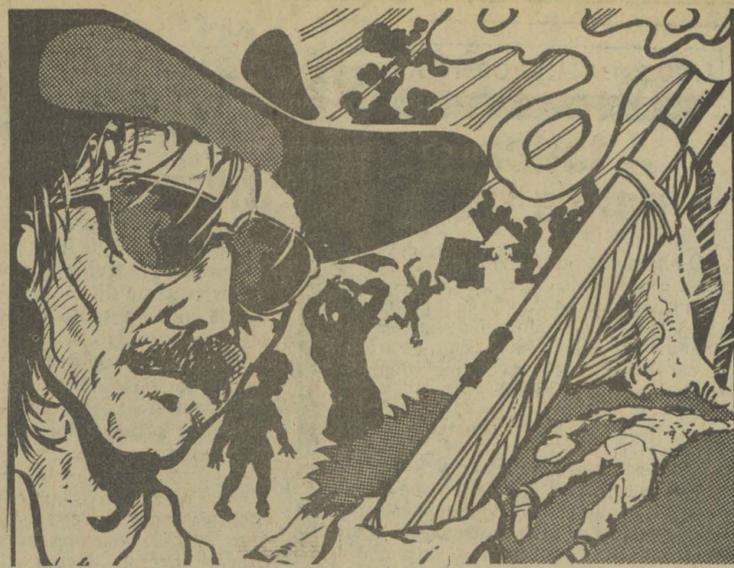
Em Santa Catarina, Ceará, Paraíba e Pernambuco, o quadro não é diferente. A prefeita de Fortaleza, Maria Luíza, demitiu 3.500 funcionários e os servidores estaduais não recebem aumento desde dezembro de 85. O governador Tasso Jereissati não pagou nem o aumento de 34% aprovado pela Assembléia Legislativa ainda no tempo do governador Gonzaga Mota. Na Paraíba os servidores nunca receberam o gatilho. Em Santa Catarina, o gatilho a que teriam direito os funcionários, foi suspenso pelo governo Pedro Ivo Campos. Pará, Piauí e Maranhão, confirmam a regra geral: o gatilho não dispara para o funcionário público.

(das sucursais)

Governadores X servidores

Existe um preceito da atual legislação sindical que impede o funcionalismo público de ir à greve e se organizar em sindicato, além de outras restrições de caráter político. Entretanto, esta categoria sofre, da mesma forma como os trabalhadores brasileiros em geral, todo o ônus de uma política econômica inflacionária, subserviente aos apetites insaciáveis dos banqueiros internacionais e do grande capital monopolista, que gera recessão, impedindo o crescimento econômico. O novo ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, aprofundando a orientação anterior, escreveu para os governadores orientando-os no sentido de "uma mudança na forma do reajuste de salários do funcio-

nalismo, para evitar grave desequilíbrio nas finanças estaduais". Leia-se: o fim do gatilho para os servidores públicos. O problema de fundo, na verdade, continua não sendo tratado: a política tributária vigente garroteia os recursos arrecadados nos estados e municípios, carregando-os, na maior parte, nas mãos poderosas da União. Além disso, é descomunal o endividamento interno e externo dos Estados, fazendo com que a maioria dos governadores assumissem com as finanças em situação de insolvência. O intolerável é que se exija dos funcionários públicos arcar com toda a responsabilidade do descalabro financeiro e dos desacertos da política econômica.



MATO GROSSO

Fugitivo denuncia escravidão em Juína

Elias Alves da Silva, 29 anos, casado, pai de três filhos, passou vários dias sem comer, caminhando pela mata e viajando de carona por mais de mil quilômetros, para fugir da escravidão. Ele fugiu com mais seis companheiros da fazenda Vale do Tucano, no município de Juína, norte de Mato Grosso. Chegou faminto em Rondonópolis no dia 29 de abril, de onde pretendia retornar para a cidade de Rio Verde, em Goiás, onde mora sua família. Estava na BR-364, à espera de carona, quando foi orientado a pedir ajuda numa rádio da cidade. Da rádio foi ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde conseguiu roupa e alimentação. Dali foi encaminhado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso (Fetagri), em Cuiabá.

PROMESSAS DO "GATO"

Quando se encontrava na sede da Fetagri, Elias contou à Tribuna Operária que foi recrutado junto com outras 31 pessoas na cidade de Santa Helena de Goiás, por um gato conhecido por Riveria. Este gato prometera que todo trabalhador receberia Cz\$ 2 mil por alqueire desmatado, mais comida e alojamento. Foram encaminhados até Cuiabá, onde outras famílias de Goiás se incorporaram à caravana.

Depois de alguns dias de trabalho na Fazenda Vale do Tucano, o grupo denunciou assalariados agrícolas perceberem que haviam sido enganados. "Chegando na fazenda - disse Elias - fomos logo informados de que o preço não era o combinado. Depois, teríamos que pagar as ferramentas e alimentação, que era de má qualidade. Moradia não tinha. Só tinha um pedaço de lona, que ainda por cima era vendido. Assistência médica, que também foi prometida, não existia e éramos obrigados a trabalhar mesmo doentes". Ele próprio foi obrigado a trabalhar com o pescoço ferido, porque lhe negaram curativo.

Após um mês de trabalho os capatazes conhecidos por José Rosa e Josias não quiseram nem falar em pagamento. "Qualquer queixa logo mostravam pra gente os seus revólveres", recorda Elias. Durante os três meses que Elias permaneceu na fazenda, ele e seus companheiros encontraram várias ossadas humanas, que os capatazes diziam ser de "pessoas atacadas por onças". Esta versão é desmentida por

Moacir Mafra, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis, que afirma: "Esses felinos não costumam esquartejar suas vítimas".

SEM PODER CONVERSAR

No decorrer do trabalho, que começava às 5 horas da manhã e só acabava ao anoitecer, os trabalhadores não podiam sequer conversar entre si. "A gente era dividido em grupos pequenos que não podiam ter nenhum contato um com o outro durante todo o tempo que tivemos lá", conta Elias. Diante desta situação, ele com mais seis companheiros decidiram fugir. Se embrenharam na mata, onde ficaram dias andando em círculos, se alimentando apenas de palmito, até que chegaram na estrada. Conseguiram alcançar a cidade de Tangará da Serra e depois de carona em carona, chegaram a Rondonópolis, onde se dispersaram.

Apesar destas denúncias de escravidão branca que constantemente são divulgadas, ninguém é punido. Esta impunidade acaba incentivando outros abusos contra os assalariados agrícolas nos grandes latifúndios do país (veja matéria sobre o crescimento do trabalho escravo na TO da semana passada).

CONHECIDO EXPLORADOR

O presidente da Fetagri, Edivaldo José da Silva, informou ter denunciado Riveria, na Delegacia do Trabalho e na Polícia Federal. Edivaldo explica que "Riveria" é um conhecido gato que recruta trabalhadores nos Estados de Goiás, Pará e Mato Grosso. Ele reside em Cuiabá e seu nome verdadeiro é Benvido Martins de Oliveira. "Riveria", se tornou conhecido na região por ter comandado uma derrubada com mais de 10 mil homens.

Foi tentado um contato com "Riveria", porém, informaram que ele se encontrava na fazenda. O contato com a fazenda não foi possível, porque nenhuma das centrais de rádio de Cuiabá tinha o seu registro continuado to 604

Foi tentando um contato com "Riveria", porém, informaram que ele se encontrava na fazenda. O contato com a fazenda não foi possível, porque nenhuma das centrais de rádio de Cuiabá tinha o seu registro.

(João da Silva Negrão, de Rondonópolis)

METALÚRGICOS DE CAXIAS

1º Congresso avança na organização operária

Em seus 54 anos de história, o sindicato dos metalúrgicos de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, realizou pela primeira vez um congresso da categoria. Foi na última semana de abril, na cidade de Veranópolis, que 142 delegados (10% mulheres) discutiram temas como Constituinte, ação sindical e dissídio coletivo. A característica principal do encontro foi a unidade, contra toda a tentativa de divisão e de pluralismo sindical. Os delegados presentes se definiram claramente a favor de uma política sindical classista de combate ao arrocho salarial. Criou-se, inclusive, um Conselho Consultivo da entidade, dando um passo significativo na organização e na busca de enraizamento pela base, tendo como prioridade, no terreno organizativo, a luta pela criação de comissões de fábrica e pelo fortalecimento das CIPAS, transformando-as em mais um instrumento de luta contra a exploração, além de ser também uma forma de abordar a necessidade das comissões por empresa.

A LUTA ECONÔMICA E POLÍTICA

Em relação ao dissídio coletivo, o Congresso estabeleceu a prioridade das reivindicações da reposição das perdas reais e salariais sofridas pela categoria em função da suspensão do pagamento da dívida externa e na exploração econômica das empresas.

nômicas que não basta traçar objetivos de conquistas imediatas, mas é preciso aproveitar a mobilização para garantir um avanço na organização dos metalúrgicos caxienses.

No evento foi discutido também o papel do Sindicato na sociedade capitalista, ao indicar que é preciso fazer um grande esforço para fundir a luta econômica com a luta política no dia-a-dia da vida sindical. Foi aprovado que o sindicato deve atuar como centro de organização da classe operária, com vistas à sua radical emancipação, contribuindo assim com o movimento social e político avançado. Foi com base nesse raciocínio que o Congresso determinou o engajamento da entidade na luta por uma Constituição democrática e progressista. Aprovou-se, por exemplo, a redefinição do papel das Forças Armadas, limitando-o ao da defesa da pátria diante de agressão externa, devendo obediência ao Presidente da República, respeitando os poderes constitucionais e que, em caso de descumprimento destas obrigações, os responsáveis sejam punidos como crime. Esta decisão foi tomada por unanimidade, acrescentando-se o repúdio à qualquer repressão aos trabalhadores e ao povo em luta por seus direitos. Da mesma forma foram aprovadas resoluções pela efetiva suspensão do pagamento da dívida externa e pela reforma agrária.

1º DE MAIO

Atos fracos e forte divisionismo

As manifestações do 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, realizadas em vários Estados, no geral foram fracas e divididas, apesar da CGT e CUT levantarem as mesmas reivindicações. A exceção ficou por conta dos locais que realizaram atos unitários.

Em São Paulo, o principal centro operário do país, a mobilização foi pequena. A CGT reuniu cerca de 300 pessoas num recinto fechado, na sede-escola do Sindicato dos Metalúrgicos. Já a CUT realizou duas comemorações - uma na praça da Sé e outra em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Apesar de contarem com mais participantes, estes atos também não agradaram os cutistas.

O 1º de Maio no Rio Grande do Sul foi marcado de forma diferente dos anos anteriores: Em algumas cidades, como Porto Alegre, a CGT e CUT convocaram atos unitários. Em outras, como Pelotas e Santa Maria, as manifestações foram convocadas pelas plenárias populares pela Cons-

tituinte. Na capital gaúcha, mais de 3 mil pessoas lotaram o auditório Araújo Viana, para participar de um ato-show convocado pelas duas centrais sindicais. Em Santa Maria e Pelotas mais de mil pessoas participaram dos atos-shows realizados nestas duas cidades. Em Caxias do Sul foi feito um encontro, convocado pela CGT, CUT, partidos políticos e associações de bairros.

No Rio de Janeiro houve dois atos. Um na Quinta da Boa Vista, organizado pela CGT, por onde passaram cerca de 50 mil pessoas durante todo o dia, estando presentes o PC do B, PSB e PCB. A CUT realizou seu ato no campo de São Cristóvão, com a presença de cerca de mil pessoas e o apoio do PT, PDT e PV. Essa divisão se deu porque os organizadores cutistas determinaram que só teriam direito à palavra os membros de sindicatos filiados à CUT e partidos identificados com aquela central sindical.

Pela primeira vez em Mato Grosso do Sul se



comemorou o 1º de Maio com um dia de luta. Cerca de 8 mil pessoas compareceram à praça de Campo Grande. Várias entidades se pronunciaram, entre elas a CGT, CUT e USI, além de representantes de federações, sindicatos e associações de classe. Todos os partidos políticos foram convidados,

mas apenas três compareceram: PC do B, PT e PCB. Em Curitiba, foi comemorado o 1º de Maio com um ato unitário, promovido pela Plenária Popular Unitária da Constituinte. Discursos, músicas e repente animaram a festa dos trabalhadores.

(das sucursais)

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A base sindical quer avançar

A eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entidade de maior peso no cenário sindical brasileiro, adquiriu contornos mais nítidos nesta semana. Saiu o edital de convocação do pleito (nos dias 8, 9, 10 e 11 de junho) e duas chapas já se inscreveram: a 1, da situação, e a 2, a chapa das comissões de fábricas. Nos próximos dias deverá ser registrada a chapa 3, que reúne os setores mais sectários da CUT.

A grande novidade neste pleito, que promete ser bastante concorrido, está sendo a chapa das comissões de fábricas. Ela nasceu de uma longa e democrática discussão nas bases metalúrgicas, rompendo em grande parte com as articulações cupulistas que caracterizam o processo eleitoral no sindicalismo brasileiro. A chapa reúne as principais lideranças das fábricas e os 11 diretores do sindicato que racharam com a atual diretoria, tachando-a de imobilista e antidemocrática.

No último dia 30, realizou-se a convenção final para formação desta chapa. Cerca de 3 mil metalúrgicos de 237 empresas compareceram à sede-escola do sindicato num ato mais expressivo do que muitas das assembleias de campanha salarial da categoria. Os operários, com grande vibração e espírito unitário, aprovaram o programa da chapa e escolheram os seus 105 integrantes (24 para diretoria e 81 para o Conselho Deliberativo).

A maior parte dos eleitos são dirigentes de comissões de fábricas, cipeiros e lideranças de grupos de empresas. Lúcio Bellentani, ferramenteiro e coordenador da Comissão de Fábrica da Ford-Ipiranga, foi indicado por unanimidade para encabeçar a chapa dos Metalúrgicos.

Fotos: Altton S. Leite



Os três mil participantes da convenção aprovaram por unanimidade a chapa das comissões de fábricas, que terá como função democratizar e enraizar o sindicato

A presença das comissões na Chapa 2

A convenção espelhou bem o avanço contido nesta articulação. Mostrou que a chapa representa o grosso do trabalho organizado existente nas indústrias metalúrgicas da capital paulista. Das 25 comissões de fábricas reconhecidas legalmente na base sindical, 23 integram a articulação. Das outras duas, na MWM e na Scopus, a primeira está dividida - sendo que sua principal liderança já manifestou apoio à Chapa 2. Também um número expressivo de membros de Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) e grupos de fábricas (organismos internos não reconhecidos pelos patrões) está engajado na campanha da chapa.

"Todo esse apoio indica que esta é a chapa das bases", comenta Eustáquio Vital, diretor dissidente do sindicato e membro da Chapa 2 como segundo vice-presidente. Para ele, nos últimos anos a categoria avançou na sua luta e organização. "Várias comissões e grupos de fábricas se formaram, exigindo de nosso sindicato uma postura mais avançada. Mas o setor de direita da atual diretoria, tendo a frente o Luis Antônio, não acompanhou esta evolução. Por isso, o que há de organizado nas empresas quer a mudança no sindicato e está com a nossa chapa", conclui.

CGT e CUT se dividem na disputa pelo sindicato

Outra característica da articulação é a sua amplitude. Nela estão representadas várias correntes políticas que atuam na categoria, como o PT, PC do B, PDT e PCB. No caso do PT e do PCB suas direções ainda não se posicionaram sobre o pleito. No PCB, por exemplo, uma parte da direção tende a se aliar com a chapa da situação, o que está gerando uma nova crise interna no partido.

Como explica Lúcio Bellentani, esta frente ampla é um sintoma positivo para as forças progressistas do país. "O que nos uniu foi o interesse de democratizar o sindicato, enraizá-lo na base e torná-lo mais combativo. Foi uma unidade pela base, onde o critério principal não foi o partidário, mas sim o sindical, o da representatividade e o do comprometimento com o avanço das lutas dos trabalhadores", explica.

Esta amplitude também está expressa na questão das centrais sindicais. De certa forma a chapa das comissões de fábricas rompeu com o esquema de alianças das duas centrais - CGT e CUT. Nela estão sindicalistas que militam em ambas as centrais, assim como alguns que se dizem independentes delas. A proposta da chapa é a de, se eleita, promover um amplo debate entre os metalúrgicos para definir qual a posição do sindicato no que se refere a divisão do sindicalismo brasileiro.

Esta postura acabou gerando cisões tanto na CGT como na CUT. Alguns

sindicatos identificados com a primeira, como o dos Têxteis, Condutores, Purificação e Bancários de Campinas, já adiantaram sua adesão à Chapa 2. No caso da CUT, a divisão atingiu sua cúpula. Durante algum tempo a sua Executiva Nacional tentou unir os cutistas - mas foi em vão. Agora, alguns dos dirigentes desta central, como Paulo Paim, admitem seu apoio à chapa encabeçada por Lúcio Bellentani - que também é membro da direção nacional da CUT. No dia da convenção, uma nova surpresa no front cutista. Gilmar Carneiro, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e membro da Executiva Nacional da CUT, enviou uma carta manifestando seu apoio à articulação das comissões de fábricas e relatando seu esforço no interior da CUT para que ela tomasse a mesma posição.

Democracia e organização na base

O programa da Chapa 2 aprovado na convenção do dia 30 tem um nítido caráter progressista. Nele estão contidas as principais reivindicações da categoria e a oposição ao governo da Nova República. Mas os dois aspectos centrais do programa são a defesa da democracia sindical e o comprometimento com a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

A própria criação do Conselho Deliberativo comprova o compromisso da chapa com a democratização do sindicato. Este conselho foi aprovado numa assembleia com 2 mil metalúrgicos que reformulou os estatutos da entidade. O presidente do sindicato, Luis Antônio, num ato autoritário, anulou a decisão soberana da categoria, mas mesmo assim a Chapa 2 manteve a proposta e formou sua chapa com 105 membros - dos quais 81 pertencem ao Conselho e são membros de comissões de fábricas e Cipas.

Pela proposta da chapa, o conselho se reunirá mensalmente e terá poderes deliberativos. Através dele, o sindicato pulsará o sentimento das bases e definirá sua conduta. Além disso, a chapa

pretende criar outros mecanismos de consulta à categoria e realizar congressos periódicos. "Só com a democracia é que a gente garante a unidade da categoria e consegue avançar nas nossas lutas", explica Neleu Alves, membro da chapa.

Quanto às comissões de fábricas, a chapa pretende tornar um ponto prioritário da gestão. Além de dar toda a infraestrutura para criação dos grupos de fábricas, o sindicato deverá colocar esta reivindicação como principal em todas as campanhas salariais e greves por empresas. "A comissão possibilita a organização dos trabalhadores e o enraizamento do sindicato", afirma Neleu.

(Altamiro Borges)



Lúcio: "Essa é a chapa dos metalúrgicos"

Lúcio Bellentani ganhou projeção na base metalúrgica de São Paulo devido ao seu trabalho sindical no interior da Ford do Ipiranga. Ele foi um dos principais organizadores da comissão de fábrica existente nesta unidade da multinacional americana desde 81. Atualmente a Ford é a empresa que possui o maior número de sindicalizados da categoria (cerca de 2.100 associados). Dela também partem as maiores caravanas de operários para as assembleias do sindicato dos Metalúrgicos, que tem 400 mil trabalhadores na base e cerca de 100 mil sócios.

Em função deste trabalho a indicação de Lúcio para encabeçar a Chapa 2 foi consensual. Nesta entrevista à *Tribuna Operária*, ele fala da campanha da chapa das comissões de fábricas e de sua receptividade entre os metalúrgicos. Ele também dá algumas dicas sobre as outras duas chapas e comenta a postura da CUT - da qual é membro da direção nacional.

TO: Como os metalúrgicos têm recebido a Chapa 2 nas fábricas?

Lúcio: A receptividade nas empresas tem sido excelente. A categoria quer

mudar, quer que o sindicato avance nas lutas. A nossa chapa é vista como a verdadeira chapa das mudanças. A peãozada reconhece na gente as principais lideranças, sabe que nós somos de briga e somos consequentes.

O que se nota é que a campanha está crescendo como uma bola de neve. A primeira reunião aberta que fizemos para articular a chapa, em março, contou com ativistas de 110 empresas; na segunda, que era só para membros de comissões de fábricas e cipeiros, contou com 87 empresas; a terceira, para discutir o nosso programa, teve a presença de companheiros de umas 145 fábricas; e agora, na convenção de escolha da chapa, participaram 3 mil companheiros de 237 fábricas.

Acredito que com a convenção nossa campanha melhora ainda mais. Afinal, ela foi muito unitária e vibrante. Dali saíram 3 mil ativistas que farão campanha no interior das empresas. É muito comum as campanhas eleitorais serem carregadas por apoiadores externos. A nossa será diferente. Ela tem e terá uma marca operária muito forte.

TO: E como será a campanha eleitoral?

Lúcio: Nós pretendemos levar a campanha eleitoral junto com as lutas da categoria. Desencadearemos uma batalha pelo gatilho salarial, já que ele vem sendo ameaçado de extinção pelo patronato e governo. Nosso objetivo é aproveitar a campanha eleitoral para mobilizar a categoria para campanha salarial que se aproxima.

Quanto à batalha eleitoral propriamente dita, nossa campanha terá como base fundamental as fábricas. Nossa idéia é formar inúmeros núcleos de apoio nas empresas. Também faremos comícios nas portas das empresas e lançamento da chapa nas várias regiões da capital. Estas ações convergem para o grande lançamento da chapa no próximo dia 22, onde pretendemos reunir uns 50 mil operários.

TO: Como você vê a situação da chapa do Luis Antônio?

Lúcio: Ela está se tornando

pressiva em termos de lideranças de fábricas. Parece o ajuntamento de entulhos depois da demolição do prédio. Em comparação com a chapa da situação em 84, ela é muito pior. Na época eu fiz parte da oposição, que perdeu. Mas a gente reconhecia que a situação tinha companheiros de luta, com representatividade na base. Agora o pessoal mais avançado da diretoria está na chapa 2 e só restou para o Luis Antônio o pessoal da velha guarda, mais apelegado. A diretoria perdeu o que tinha de melhor e ficou com o fruto podre. Não é para menos que a imprensa já noticiou o apoio da Fiesp, dos patrões, à chapa do Luis Antônio.

TO: E a chapa do Mosmms, como anda?

Lúcio: O pessoal do Movimento de Oposição Sindical é muito sectário, tanto que vivem se dividindo. O critério deles não é sindical, mas sim partidário, o que torna difícil a sua própria articulação. No próximo dia 10 eles farão a convenção para escolher a chapa, mas eu acho que vai dar num novo racha. Sei da existência de pelo menos quatro facções disputando a cabeça da chapa. Pode ocorrer da parte melhor desta articulação ficar marginalizada pelo pessoal mais sectário e acabar apoiando a nossa chapa. De qualquer forma, a chapa que for aprovada não terá grande presença nas fábricas. O Mosmms tem muita gente biônica, que está longe da produção há muito tempo.

TO: E como anda a discussão na CUT? Ela apóia a chapa 2 ou a 3?

Lúcio: Ela continua sem uma posição unitária. Muitos companheiros cutistas, como o Paulo Azevedo, Paim, Olivio Dutra, Gushiken e outros, já manifestaram seu apoio a nossa chapa. Afirmam que ela é mais ampla, tem respaldo nas fábricas, e que o pessoal do Mosmms é sectário, quer partidizar a CUT. Já a Executiva Nacional, mesmo sem unidade, convocou a convenção do dia 10. Como eu acredito que de lá não vai sair nada de bom, acho que a CUT fique oficialmente neutra.

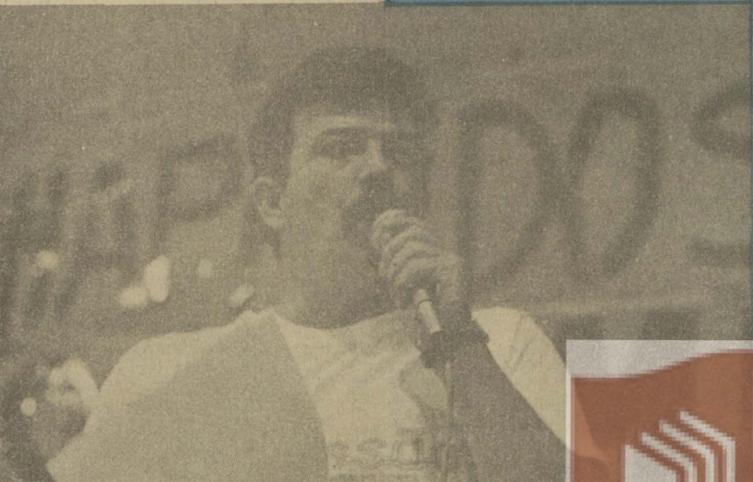


Foto: Altton S. Leite

Lúcio: "Nossa campanha está crescendo como uma bola de neve"



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois